

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Giovanna Perez de Oliveira

O jovem em cumprimento de Medida Socioeducativa e a escolarização: Da relação
com o saber à possibilidade de permanência

**Porto Alegre
2019/1**

Giovanna Perez de Oliveira

O jovem em cumprimento de Medida Socioeducativa e a escolarização: Da relação com o saber à possibilidade de permanência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia. Orientadora: Profa. Dra. Karine Santos

Porto Alegre
2019/1

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Giovanna Perez

O jovem em cumprimento de Medida Socioeducativa e a escolarização: Da relação com o saber à possibilidade de permanência / Giovanna Perez Oliveira. - 2019. 48 f.

Orientadora: Karine Santos.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Socioeducação. 2. Escolarização. 3. Desistência Escolar. 4. Medida Socioeducativa. I. Santos, Karine, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A minha família, em especial minha mãe, Carla, e meu pai, Everton.
A todas e todos que lutam por uma educação popular.

Gostaria de agradecer...

Aos meus pais, Carla e Everton, por sempre acreditarem em mim e nas coisas que nem eu sei sobre mim mesma.

Aos meus avós, Maria Luiza, José Carlos, Norma e Orlando, que me mostraram o que é carinho e a diferença que isso faz no mundo.

Ao meu companheiro, Thomas, por insistir nas minhas ideias.

Aos camaradas que me mostram todo dia que um mundo novo é possível.

Aos colegas do PPSC que passaram pela minha vida e deixaram um pouquinho de si em mim e neste trabalho.

Ao DAFE e as minhas colegas de luta na Pedagogia, que me ensinaram o que é ser educadora.

O mundo

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana.

E disse que somos um mar de fogueirinhas.

— O mundo é isso — revelou — Um montão de gente, um mar de fogueirinhas.

Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.

Eduardo Galeano - O livro dos abraço

RESUMO

O presente estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal trabalho tem como objetivo analisar os motivos pelos quais jovens que estão em conflito com a lei têm desistido dos estudos em instituições escolares durante o Ensino Fundamental.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados dados dos arquivos do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS, que recebe adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), conforme prevista no Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dados recolhidos apontam os motivos pelos quais os jovens em cumprimento de PSC interromperam seus estudos.

Para a reflexão teórica deste trabalho, trago como principal referência os estudos de Bernard Charlot (2000) a respeito da relação dos jovens com o saber, especificamente a construção da ideia de pertencimento desses dentro do ambiente escolar. Percebe-se que a relação com a escola é uma relação bilateral, onde tanto quem ensina quanto quem aprende participa ativamente da construção de conhecimento coletivo do espaço escolar, daí a importância de compreendermos o porquê de determinado recorte social das juventudes não conseguir permanecer neste ambiente, construindo dialeticamente a dinâmica escolar.

Palavras-chave: Socioeducação. Escolarização. Medida Socioeducativa.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro Síntese de artigos achados na Revisão de Literatura	18
QUADRO 2 - Tabela de dados qualitativos de desistência escolar	33
QUADRO 3 - Média de tempo fora da escola	35
QUADRO 4 - Motivos de desistência	36
QUADRO 5 - O que mais gostam na escola	37
QUADRO 6 - O que menos gostam na escola	38

LISTA DE SIGLAS

PSC: Prestações de Serviços à Comunidade

PPSC: Programa de Prestações de Serviços à Comunidade

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

SUS: Sistema Único de Saúde

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PPG: Programa de Pós Graduação

MSES: Medidas Socioeducativas

LA: Liberdade Assistida

SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EJA: Educação de Jovens e Adultos

CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

PIA: Plano Individual de Acompanhamento

PEMSE: Pólo de Evolução de Medidas Socioeducativas

UE: Unidade de Execução

FACED: Faculdade de Educação

DEDS: Departamento de Estudos e Desenvolvimento Social

NAC: Núcleo Acadêmico

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. Apresentação	11
2. Objetivo geral	12
2.1 Objetivos Específicos	12
3. Metodologia de pesquisa	13
4. Justificativa	15
5. Revisão de Literatura	17
6. A medida socioeducativa de Meio Aberto	26
6.1 O Programa de Prestações de Serviços à Comunidade da UFRGS	28
7. A trajetória escolar dos adolescentes do PPSC UFRGS	29
7.1 Análise documental de fatores para a desistência escolar	33
8. Estudo sobre os principais fatores de desistência escolar	41
9. Considerações finais	46
Referências	48

1. Apresentação

Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender alguns fatores que determinam a desistência escolar de adolescentes que já cumpriram ou cumprem atualmente medida socioeducativa de meio aberto no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, local em que trabalho. Minha inserção no Programa influenciou meu objeto de pesquisa, por ter um contato direto com esses adolescentes e suas trajetórias escolares, que são, na maioria das vezes, interrompidas pelo envolvimento com o crime ou por motivos individuais, que acabam virando "motivos similares" aos dos seus pares no meio aberto.

São esses "motivos similares" que influem o problema de pesquisa deste trabalho, como forma de identificar o porquê desse recorte social – jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio-aberto- não estar inserido na escola, e, para além disso, não ter uma relação social e pessoal com a mesma.

Faz-se importante também, durante essa análise, a construção da compreensão da relação que esses jovens estabelecem com o saber. Nesse sentido, trarei como principal referência Charlot (2000, p.79), para aprofundar o debate sobre como a juventude se vê enquanto agentes do seu próprio processo de educação. Para o autor, "Analisar a relação com o saber é estudar o sujeito confrontado à obrigação de aprender, em um mundo que ele partilha com os outros". Ao longo do trabalho, pretendo expor elementos que contribuem para entendermos que grande parte dos jovens que passam pelo contexto das políticas socioeducativas se depara com a dificuldade de entender para que e como aprendem, influenciando a forma com que constroem a relação do saber com a sociedade em que vivem.

Hoje, a realidade desses adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que se desdobra em muitos caminhos, sendo um deles o da criminalidade, resulta em um conflito desses sujeitos em entender a sua própria relação com o saber: a maioria não se enxerga como pessoas que devem estar na escola, não projetam um futuro em que a educação esteja inserida a longo prazo e, em sua maioria, compreendem o papel educativo da escola, porém não conseguem se sentir sujeitos que têm direito à educação.

2. Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é compreender os fatores que influenciam na desistência escolar de jovens que estão cumprindo medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade, no PPSC da UFRGS, em Porto Alegre , no Rio Grande do Sul.

2.1 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que serão apresentados ao longo deste trabalho são:

1. Apresentar dados obtidos no PPSC acerca dos motivos que fazem os jovens desistirem da escola;
2. Explorar o porquê dessa desistência ser sintomática aos contextos sociais em que esses jovens estão inseridos;
3. Apresentar a relação do jovem com a escola e como isso influencia a relação dele com o saber.

3. Metodologia de pesquisa

Como metodologia, utilizarei a pesquisa qualitativa, com parte quantitativa no que diz respeito à utilização de coletas de dados. Em relação à pesquisa qualitativa, metodologia principal deste trabalho, Sampieri, Callado e Lucio escrevem que ela “proporciona profundidade aos dados, dispersão, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente ou entorno, detalhes e experiências únicas. Também traz um ponto de vista novo, natural e holístico dos fenômenos, assim como flexibilidade.” (p. 41, 2013). Neste sentido, o tema do trabalho pode ser abordado trazendo à tona toda a complexidade de fatores que influenciam no resultado desta pesquisa.

Por isso, o presente estudo foi desenvolvido a partir de:

a) Pesquisa Documental: A análise documental foi utilizada para a pesquisa qualitativa e para a quantitativa, a fim de levantar dados acerca dos fatores de desistência dos adolescentes em cumprimento de medida de PSC no PPSC da UFRGS e para compreender as motivações subjetivas dos sujeitos da pesquisa que os levaram a desistir da escola. A análise documental se dará no acervo do PPSC/UFRGS, nos arquivos de adolescentes que estiveram em cumprimento de medida socioeducativa entre 2015 e 2018. Serão analisados os seguintes documentos: históricos de acompanhamento do adolescente, a ficha de entrevista inicial e a ficha de acompanhamento técnico do adolescente, feitos no próprio PPSC. Os documentos se encontram no anexo. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) conceituam a importância da análise documental para a pesquisa:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses (...) (p. 4)

É importante também colocar a diferenciação da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica, pois esta pesquisa tem como objeto principal os documentos físicos do acervo do PPSC para além dos documentos bibliográficos utilizados. Para diferenciação dos tipos de pesquisa, pontua-se que

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa

bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p.5)

A utilização do acervo físico do Programa foi priorizado desde o início da pesquisa, tendo em vista os déficits do banco de dados do PPSC, no que diz respeito à extração de resultados qualitativos e subjetivos das respostas dos adolescentes que aqui serão apresentadas.

b) Pesquisa Bibliográfica: Os conceitos analisados e teorias que auxiliaram a síntese dos debates levantados neste trabalho são "a relação com o saber" e "teorias críticas da educação", presentes em Charlot (2000/2001) e Saviani (2008).

4. Justificativa

A justificativa do presente estudo tem como origem os meus três anos de trabalho dentro do Programa de Prestações de Serviços à Comunidade da UFRGS, atendendo adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Segundo Duarte (2002), "Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade, a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais." (p.140)

Durante esses três anos, minha pesquisa e curiosidade enquanto estudante de Pedagogia em formação cresceu no que diz respeito a olhar para as situações específicas de cada adolescente que atendia, como uma oportunidade de compreender aquilo como um padrão social que se repetia com muita frequência entre os jovens que estavam no PPSC. Isso aconteceu porque, ao chegar no PPSC, o adolescente e seu familiar passam por um acolhimento, que chamamos de "entrevista inicial", momento em que preenchemos uma ficha contendo informações pessoais e opiniões pontuais dos adolescentes sobre tópicos presentes na folha de entrevista. Uma das questões iniciais da entrevista de acolhimento é se o adolescente está na escola; em caso afirmativo, preenchemos a elipse com essa opção sinalizada e, logo após, colocamos o nome da instituição em ele estuda. Se não, perguntamos o porquê, há quanto tempo está fora da escola e se já reprovou de ano alguma vez. Em seguida, questionamos a respeito do que o jovem mais gosta e o que menos gosta na escola, seguido da pergunta "na sua opinião, a escola serve para quê?"

Existe uma certa dificuldade de explorar as três últimas perguntas da ficha em relação à escola. Quando o adolescente diz que está estudando, tendemos a não estender o assunto "escola", ficamos satisfeitos com a informação positiva e seguimos a entrevista com tranquilidade. Não existe também uma grande preocupação em saber quais matérias ou situações o adolescente mais gosta ou menos gosta. Ainda, não surgem grandes dúvidas da compreensão dele ou dela sobre "para que a escola serve?", visto que esse jovem provavelmente a compreende, porque está na escola.

Sempre foi, para as pessoas que fazem as entrevistas iniciais, mais interessante entender os motivos pelos quais os adolescentes não estão na escola. Naturalmente, enquanto educadores sociais que executam medidas socioeducativas, uma política pública prevista no ECA, que tem como objetivo dialogar com a rede pública de assistência social, saúde e educação, nos propomos a identificar essas situações para trabalharmos em conjunto com a família e com o adolescente, para que o jovem que atendemos possa estar inserido no ensino formal regular e ser atendido pelo SUS (sistema único de saúde) e pelo SUAS (sistema único de assistência social). Priorizamos estudar os casos desses adolescentes que estão fora da escola, porém sempre esbarramos em motivos muito semelhantes, que tornaram-se corriqueiros e tratados de maneira óbvia pela equipe: falta de vontade, preguiça, pouco interesse e inserção no mundo do trabalho.

Durante a trajetória como bolsista do PPSC/UFRGS, paralela à formação como pedagoga, compreender a relação dos adolescentes que eu atendo com a escola sempre foi muito caro e instigante. Mesmo compreendendo a ordem social que dita o afastamento desses jovens do ambiente escolar, nunca senti que meus questionamentos em relação ao "porquê" de eles estarem fora da escola eram respondidos, principalmente porque os motivos que esses adolescentes me davam não eram, na maioria das vezes, os motivos que supúnhamos.

Como considero essencial buscar o que já foi produzido, para não cair em repetições e até para poder me aprofundar na literatura antes de dar início a algo novo, procurei em produções do próprio PPSC artigos e textos que explorassem a relação dos jovens do Programa com a escola, para investigar no que já existe a explicação às razões pelas quais os adolescentes do PPSC estavam escolarmente evadidos. Encontrei, no livro "Socioeducação: Fundamentos e Práticas" (2015), um artigo intitulado "Educação de Jovens e Adultos: Permanência na escola", que utiliza a escuta como instrumento de levantamento de dados sobre as motivações para estarem na escola, de jovens e adultos em uma escola de Porto Alegre. Apesar de muito qualitativo no que diz respeito a pensar as trajetória individuais como importantes para a construção do perfil do coletivo e trazer elementos como a relação professor-aluno, este

artigo não sanou minha dúvida no que diz respeito à relação do próprio jovem com o conhecimento e como esse fator influencia na sua vontade de permanência escolar.

5. Revisão de Literatura

Para a revisão de literatura, foi consultado inicialmente o banco de teses de dissertações da CAPES. Por ser o principal banco de dados que publiciza a produção acadêmica no Brasil, costuma ser a primeira opção quando é chegado o momento de revisão de literatura. Como resultado da pesquisa realizada com os descritores “evasão escolar e medida socioeducativa de meio aberto”, foram encontrados no refinamento 702 teses. Descartamos as dissertações em função da quantidade grande de PPGS de Educação só do ano de 2018. Diante disso, tornou-se inviável fazer a pesquisa no portal da CAPES, pois, mesmo com considerável refinamento, não foi satisfatório. Em um primeiro levantamento, os números de trabalhos relacionados foram maiores do que três mil documentos. Fazendo a busca até a página 5 do portal, foi constatado que o número era muito grande, mesmo refinado, e era possível identificar, apenas pelo título, que o tema, na maioria das situações, não se assemelhava com o da pesquisa.

Após desistir da busca no portal da CAPES, optamos por buscar no Google Acadêmico, com os mesmos descritores, onde foi obtido um número menor de resultados, com artigos em que o título se aproximava da temática da pesquisa, possibilitando a realização da revisão neste repositório.

Após a pesquisa no Google Acadêmico, foi realizada uma busca com os mesmos descritores, no Repositório LUME da UFRGS, onde não foram obtidos resultados de títulos semelhantes ao da temática da pesquisa, mesmo após um refinamento por áreas.

Caminhos Percorridos:

1. Banco de teses e dissertações CAPES
2. Google Acadêmico
3. Repositório digital LUME UFRGS

Descritores:

1. Medidas Socioeducativas
2. Adolescentes
3. Evasão escolar
4. Meio aberto

Achados:

1. CAPES: Não foi possível analisar o número de trabalhos encontrados.
2. Google Acadêmico: Utilizando no campo de pesquisa “evasão escolar e medida socioeducativa de meio aberto”, foram encontrados no refinamento (desde 2018 e páginas apenas em português) aproximadamente 439 resultados. Foram descartados os resultados referentes à escolarização de adolescentes em privação de liberdade. Foram analisados os resultados até a página 5 do site, pois, apenas pelos títulos dos resultados nas páginas seguintes, foi identificado que estes fugiam ao tema. Foram encontrados 9 artigos, 2 monografias e 1 dissertação. Desses 12 resultados, foram aproveitados, após análise mais aprofundada dos resumos, apenas 5 artigos, que estão listados no quadro síntese abaixo.
3. LUME: Utilizando no campo de pesquisa “evasão escolar e medida socioeducativa de meio aberto”, não foram obtidos resultados relevantes para o tema do trabalho.

QUADRO 1**Quadro Síntese de artigos achados na Revisão de Literatura**

Título	Local	Objeto	Objetivos	Metodologia	Conclusões	Referencial Teórico	Observações
1- Educação Social E Escolar E O Direito À Educação Na Medida Socioeducativa	São Paulo	Artigo	Reflexões sobre a articulação entre educação social e educação escolar para viabilizar o retorno à escola de adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas de internação e semiliberdade ou em cumprimento de medidas em	Pesquisa bibliográfica e documental	Proposta de modo de operar a rede de proteção socioassistencial e de saúde para garantir a inserção e a permanência escolar de adolescentes durante ou depois do		

			meio aberto.		cumprimento da medida socioeducativa		
2- Políticas Públicas voltada para os/as Adolescentes em Conflito com a Lei na EJA : Acesso Garantido x Permanência Comprometida	Portugal	Artigo	Desenvolver uma reflexão sobre a importância de uma educação que garanta, não somente o acesso, mas a permanência dos/as adolescentes em conflito com a lei nos espaços escolares, considerando que este público precisa ser visibilizado e atendido nas suas especificidades, conforme ressalta as leis brasileiras que tratam desta população	Pesquisa bibliográfica			
3- Adolescente Infrator: em Conflito com a Educação	Bahia	Artigo	Esclarecer a vinculação ou não do jovem infrator com a educação e o quanto a realidade encontrada está em sintonia com o atual Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).	Pesquisa bibliográfica/ revisão de literatura			
4- Experiências escolares de adolescentes em cumprimento	Campinas - SP	Artigo	Considerando a importância do ambiente escolar na trajetória de vida de	Entrevistas semiestruturadas			

de medida socioeducativa			adolescentes e a relevância atual da temática do cumprimento de medidas socioeducativas no país, o presente estudo buscou compreender as experiências escolares anteriores de seis jovens que se encontravam cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade.				
5- Portas fechadas no meio aberto: educação de jovens com restrição de liberdade	Santa Cruz do Sul	Artigo	Busca investigar de que forma se apresentam os desafios para a continuidade da trajetória escolar de jovens em cumprimento de medida socioeducativa no meio aberto, entendida como um fator de restrição de liberdade.	Pesquisa documental	Sugere que as portas da educação escolar fecham para aqueles jovens que carregam consigo a marca da infração juvenil, mesmo no meio aberto.	Goffman, Elias, Scotson e Foucault	

Análise:

O primeiro artigo, intitulado “*Educação Social e Escolar e Direito à Educação na Medida Socioeducativa*”, de Zanella, Lara e Cabrito (2019), traz uma análise importante sobre o papel social da escola e faz uma diferenciação do que é a educação social e o que é a educação escolar. Nesse sentido, as autoras discorrem sobre as problemáticas da escola burguesa, que surge com os interesses capitalistas e, posteriormente, trazem

uma reflexão sobre o excesso de atribuições que são colocadas à escola pública (no que diz respeito à responsabilização pela segurança e a tutela das crianças e adolescentes) e como isso enfraquece a real finalidade social da escola, que é a garantia do acesso ao conhecimento científico para todas as classes sociais.

As autoras abordam, não de maneira muito específica, as dificuldades enfrentadas pelos agentes das medidas socioeducativas para garantir o acesso à escola para os adolescentes em cumprimento de medida, tanto no meio aberto, quanto no meio fechado. Porém, o texto não se restringe a esmiuçar a dificuldade do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em permanecer na escola, mas, sim, dos filhos da classe trabalhadora como um todo.

O artigo acrescenta para a presente pesquisa o debate de classes e a relação que as autoras fazem com as teorias críticas de educação, em especial Saviani, trazendo uma perspectiva importante da análise das políticas públicas e do viés ideológico presente no país, que influencia a maneira com que a sociedade transpõe a responsabilidade às escolas, dificultando que a mesma exerça sua função social, o que resulta em métodos errôneos de resolução de problemas com os jovens que optam por não permanecer na escola.

No segundo artigo, *“Políticas Públicas voltada para os/as Adolescentes em Conflito com a Lei na EJA : Acesso Garantido x Permanência Comprometida”*, de Lima e Haracemiv (2018), as autoras vão mais a fundo na análise do perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em específico de PSC e LA, além de explanar sobre o que são e o caráter político das medidas socioeducativas no Brasil.

O artigo teve grande utilidade para essa pesquisa, pois traz dados quantitativos importantes para analisarmos a desistência escolar dos jovens em cumprimento de MSES, entre eles: dados referentes ao nível de escolaridade dos adolescentes, número de adolescentes matriculados e frequência escolar no ano de 2013, assim como uma pesquisa do SINASE (2012), que faz um levantamento do número de adolescentes encaminhados para a escola pelos CREAS e o acompanhamento da frequência escolar desses jovens. Os dados serão citados ao longo do trabalho no momento de análise dos fatores de desistência escolar.

Ainda sobre o segundo artigo lido, este se relaciona com a pesquisa quando apresenta a percepção de que é na EJA que esses jovens encontram maior possibilidade de permanência escolar, pela proposta pedagógica diferente do ensino regular. Além disso, traz um reflexão acerca do currículo e organização das escolas públicas da contemporaneidade brasileira.

O terceiro artigo selecionado, *“Adolescente Infrator: em Conflito com a Educação”*, de Aguiar (2018), é um levantamento bibliográfico de dados mais antigos e mais atuais sobre a relação dos adolescentes em cumprimento de MSES de meio aberto e a escola. O artigo é útil para se traçar comparativos entre as pesquisas mais antigas e pesquisas nacionais e os dados obtidos na minha investigação, além de contribuir com uma bibliografia extensa. O artigo traz dados referentes ao nível de escolaridade dos adolescentes, a motivação de desistência (no artigo é utilizado o termo evasão) escolar, perspectivas dos adolescentes em relação à educação, entre outras coisas.

Este artigo, em especial, também foi importante para evidenciar que, apesar do grande número de bibliografias e pesquisas utilizadas para sua escrita, nenhuma delas eram oriundas do estado do Rio Grande do Sul; a grande maioria se concentrava entre o estado de São Paulo e a região Nordeste, também muito mais expressivas no contexto da LA e do meio fechado do que da PSC.

No quarto artigo encontrado na minha revisão de literatura, *“Experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa”*, Brondani e Arpini (2018) reforçam o que os outros artigos também já vêm trazendo: que o adolescente em cumprimento de MSES está fora da escola e tem diversas dificuldades de vinculação com o espaço escolar. Essa pesquisa é do Rio Grande do Sul, realizada em um contexto de semiliberdade. Mesmo sendo um contexto diferente de MSES, o qual será tratado neste trabalho, a metodologia da pesquisa de Brondani e Arpini permite que o material recolhido pelas autoras seja relevante para auxiliar nas minhas análises. Destaco a conclusão que elas fizeram acerca de uma das principais dificuldades de vinculação dos adolescentes às escolas: a relação que os mesmos têm com os professores, dificultando a possibilidade de reconhecimento do espaço escolar

como algo positivo e acolhedor; isso aparecerá mais adiante também nos resultados obtidos no levantamento de dados desta pesquisa.

É importante também a reflexão que o artigo quatro traz, referente ao valor que os adolescentes atribuem à escola quando pensam no futuro. A escola aparece como algo que não faz parte das perspectivas para o futuro e não parece ser um fator importante para as conquistas que eles almejam. Isso aparece também no artigo três, de Aguiar, quando a autora descreve que, em pesquisas, a escola não aparece como um fator de mudança para a vida a qual os jovens almejam (mais especificamente ligada a uma mobilidade social).

O quinto e último artigo utilizado nesta revisão de literatura se intitula “*Portas fechadas no meio aberto: educação de jovens com restrição de liberdade*”, de Koerich e Vidal (2018), e também é um artigo que tem como local de pesquisa o sistema socioeducativo do Rio Grande do Sul. Contudo, desta vez lida com os sujeitos do meio aberto, especificamente em duas unidades de execução de medida de PSC: o PPSC UFRGS sendo uma delas.

Neste, os autores apresentam trechos de relatos dos técnicos e educadores sociais responsáveis pelo acompanhamento dos jovens em cumprimento da PSC, em que evidenciam, por parte das escolas, um preconceito e estigmatização desses jovens, influenciando na não oferta de matrícula para eles. Neste sentido, o artigo se torna relevante para esta pesquisa, pois traz ferramentas para analisarmos um dos porquês de a escola não estabelecer uma boa relação com os jovens em cumprimento de MSES.

Para além das questões referentes ao estigma social que a escola apresenta sobre os jovens, os autores também trazem a reflexão de que as medidas de LA e PSC (meio aberto) também são medidas de restrição de liberdade, pois nestas a liberdade do jovem também é controlada, e o fato de o adolescente carregar consigo esta informação influencia na imagem social desses jovens, diminuindo então as possibilidades de acesso a lugares e às políticas públicas.

Por fim, depois de lidos os resumos durante o refinamento e estes cinco artigos terem sido selecionados como mais relevantes, e após a leitura completa deles, pode concluir que todos possuem relação com o tema escolhido e possuem informações

muito relevantes para que as hipóteses deste trabalho sejam confirmadas. Além disso, os resultados também demonstram que, apesar de um grande número de teses e dissertações se apresentarem na pesquisa do portal da CAPES, a sua maioria não tinha conexão com a temática deste trabalho, fazendo assim com que a pesquisa que mais obteve resultados importantes para o presente estudo fosse no Google Acadêmico, portal que apresenta resultados de artigos em sua maioria.

Torna-se visível, então, a baixa produção de teses e dissertações que tratam da temática da relação dos jovens em cumprimento de MSES de meio aberto com o meio escolar, pois mesmo o número de artigos encontrados e o número de artigos selecionados para esta revisão de literatura é baixo, quando pesquisamos sobre isso em portais nacionais.

6. A medida socioeducativa de Meio Aberto

O presente trabalho tem como campo de pesquisa uma unidade de execução de medida socioeducativa. Então, faz-se importante esclarecer o que são as medidas socioeducativas, especificamente de meio aberto e na modalidade da Prestação de Serviços à Comunidade.

As medidas socioeducativas são políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente no capítulo IV, seção I, Art. 112. Dentre as medidas previstas são, de meio aberto: III - Prestação de Serviços à Comunidade e IV - Liberdade Assistida (ou seja, que o adolescente cumprirá sem internação em estabelecimento educacional). Neste trabalho, focaremos na medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade, descrita na Seção IV, Art. 117:

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.” (p. 47)

Segundo o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), publicado em 2006 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), as medidas socioeducativas

devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica (p.46)

Durante os três anos em que estive trabalhando com os jovens em uma Unidade de Execução de MSE de meio aberto, foi possível perceber o diálogo constante que esse serviço estabelece com o SUAS e as instituições responsáveis pelo aspecto jurídico das medidas. Cria-se, desde o início, uma linha de comunicação que fica responsável pelo acompanhamento e troca de informações necessárias para que o jovem consiga realizar um PIA (Plano Individual de Acompanhamento) durante o tempo em que está na UE.

No PIA, estão contemplados alguns aspectos da vida a serem explorados com os adolescentes, como a matrícula escolar e a frequência, acompanhamento junto à Unidade Básica de Saúde do adolescente e garantia de documentação em dia. Para além desses três aspectos principais, podem estar presentes, no PIA do adolescente, questões familiares ou de lazer que sejam pertinentes de serem exploradas com ele ou ela ao longo das semanas.

É possível perceber que o diálogo e a interação constante entre o que chamamos de “rede de ações das políticas públicas” (LAZZAROTTO, 2012) é essencial para que o âmbito socioeducativo da medida seja garantido ao jovem que a está cumprindo, pois permite que se construa com ele ou com ela um caminho a percorrer para além da realidade já conhecida, que pode ter vindo a influenciar no ato infracional, assim como ampliar o acesso à educação, saúde, cultura e à cidade.

Quando falamos de medidas socioeducativas de meio aberto, podemos pensar que as Unidades de Execução da medida são os lugares responsáveis em contribuir para a construção de identidade dos jovens que acompanhamos. Através da interação com a rede e construindo individualmente com o ou a adolescente, Lazzarotto traz que “É a partir desse lugar que o adolescente pode pensar em seus atos, que podemos pensar nas instituições que afirmam ou não a garantia de seus direitos, e na concepção da própria medida socioeducativa” (p.161, 2012).

Por estes motivos, faz-se necessário o diálogo entre as políticas de garantias de direitos da juventude, para que a rede consiga pensar e planejar com os e as adolescentes as ações responsáveis pela construção de identidade deles, tornando o período de cumprimento de uma medida algo gratificante e positivo na construção de identidade das e dos jovens. Essa é a essência das Medidas Socioeducativas.

6. 1 O Programa de Prestações de Serviços à Comunidade da UFRGS

Com seu início em abril de 1997, a partir de um convênio da UFRGS com a 3ª vara do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para que a Universidade recebesse adolescentes em cumprimento da MSE de PSC, o Programa faz história dentro da universidade já em agosto do mesmo ano, com a coordenação da professora Carmem Maria Craidy, da Faculdade de Educação (FACED), ao priorizar o caráter educativo da medida e ao criar a possibilidade de um novo campo de pesquisa dentro da UFRGS, contemplando a função que a mesma possui de efetivar o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. O programa também nega a ideia de que os jovens em cumprimento de MSE devam executar trabalhos “braçais”, pensando em uma maior integração dentro dos setores educativos e administrativos da UFRGS.

Nesses 22 anos de programa, o PPSC vem trabalhando com três microrregiões da cidade de Porto Alegre, através de relações que foram se consolidando com o tempo. Nos primeiros anos do programa, o PPSC recebia adolescentes de uma região diferente a cada ano. Após alguns anos, com a perspectiva de continuidade no trabalho de acompanhamento desses adolescentes, o programa começa a receber apenas jovens das regiões do Partenon e da Lomba do Pinheiro. Nos dois últimos anos, estabeleceu parceria com o CREAS Centro. Esse trabalho é realizado através do PEMSE (Pólo de Evolução de Medidas Socioeducativas), resultado da municipalização das MSE em meio aberto no ano de 2000 em Porto Alegre.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir de 2010, o PEMSE passou a integrar o conjunto de ações desenvolvidas pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) - unidade estatal, que oferta serviços especializados e continuados, a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos” (FLORES; OLIVEIRA, p. 40, 2012)

Dentro desse contexto, o PPSC trabalha com alguns princípios que são elencados por Flores e Oliveira (2012):

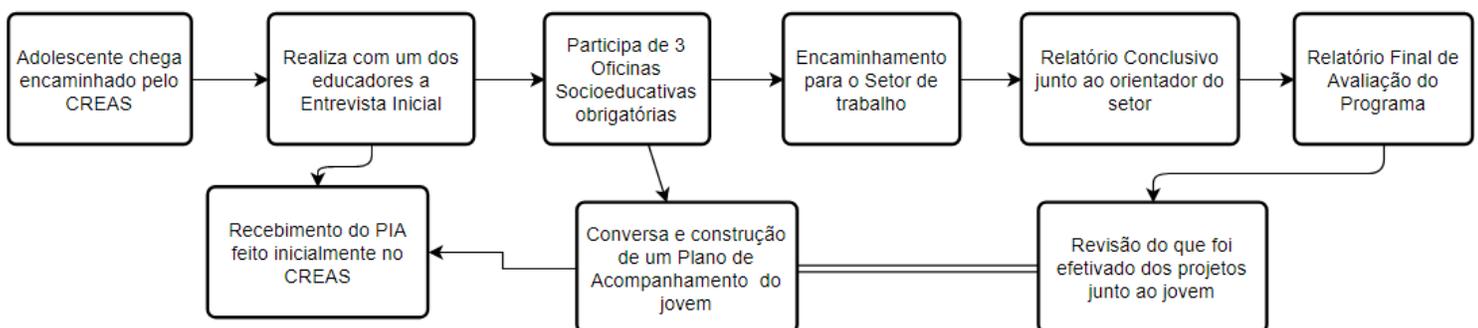
- Ser considerada como medida educativa, e não como uma simples punição, pela colocação do adolescente no trabalho, o que poderia gerar uma visão negativa da medida e até mesmo do trabalho;

- Revestir-se de significado social e ético;
- Proporcionar, sempre que possível, que as atividades a serem desenvolvidas oportunizem novas aprendizagens e/ou acesso a novos conhecimentos;
- Possibilitar que o adolescente sinta-se útil e possa refletir sobre as ações praticadas no passado e sobre o que visualiza no futuro;
- Oportunizar relações positivas favoráveis ao adolescente que a cumpre. (p.41)

Todos estes princípios são embasados no SINASE e são levados em consideração no momento da construção da equipe do Programa, que atualmente conta com uma pedagoga e técnica em assuntos educacionais da FACED como coordenadora; três bolsistas de extensão do curso de Pedagogia; um bolsista de extensão do curso de Políticas Públicas; uma bolsista de extensão do curso de Serviço Social; uma bolsista de extensão do curso de Artes Visuais; dois Residentes em Saúde Mental Coletiva e três estagiários da Psicologia e uma da Pedagogia. Além de receber a participação de professoras da FACED de forma voluntária e uma mestranda em educação.

Por entender a importância do caráter pedagógico das medidas socioeducativas, no PPSC, quem assume o papel do orientador socioeducativo são os funcionários ou os bolsistas da UFRGS, que atuam diretamente nos setores onde os jovens cumprem a medida de PSC. Atualmente, os jovens podem optar por trabalhar: no projeto Fio da Meada, localizado na Gráfica da UFRGS; Ateliê de Jogos Pedagógicos, localizado na FACED; na Cerâmica no Instituto de Artes; no Departamento de Estudos e Desenvolvimento Social (DEDS) no campus saúde e na Comissão de Graduação (NAC) do curso de Pedagogia da UFRGS.

Para compreender melhor o caminho que os jovens que entram no PPSC percorrem, foi desenvolvido o seguinte fluxograma:



7. A trajetória escolar dos adolescentes do PPSC UFRGS

Tendo em mente o objetivo deste trabalho e, após definir a metodologia desta pesquisa, precisei planejar como iniciaria o levantamento dos dados necessários. Desde a primeira ideia para este TCC, já sabia que queria pesquisar sobre questões relacionadas aos adolescentes do Programa. Primeiramente, porque temos muito material inexplorado. Segundo, porque percebia que existia muito potencial nessa documentação para sanar as minhas dúvidas e auxiliar nas minhas hipóteses.

Desde que comecei a trabalhar no Programa, as demandas escolares dos adolescentes que atendemos sempre foram uma parcela muito grande a ser considerada nos acompanhamentos e, por isso, este assunto sempre tomou um espaço grande das reuniões de equipe e dos encaminhamentos prioritários a se fazer com os jovens, exatamente por um motivo que é sempre muito claro quando falamos sobre a escola: os gurus e as gurias estão fora dela. Em muitos momentos, era surpresa (mesmo entendendo que não deveria ser) ouvir que o jovem estudava, pois sabíamos que a realidade da maioria não era essa.

Após fazermos, em reuniões de equipe, um levantamento de quais adolescentes estavam fora da escola, trabalhávamos para os acompanharmos o mais rápido possível em alguma escola, em busca de matrícula. Feita a matrícula, também nos preocupávamos em acompanhar se o adolescente¹ estava frequentando a escola, se tinha passagem de ônibus para ir à aula, perguntávamos sobre os colegas e sobre as professoras. Enfim, era importante não abrir mão deste acompanhamento, pois sabíamos que o número de adolescentes que desistiam, mesmo tendo a matrícula garantida, era muito grande.

Passada a constatação dos fatos, foi preciso trabalharmos para entender como reverter essa realidade. E foi nesse sentido que esta pesquisa surgiu. De acordo com Aguiar (2018), em uma pesquisa feita em 2008 com adolescentes em cumprimento de MSES de LA e PSC na cidade de São Carlos/SP, as pesquisadoras encontraram um percentual de 60,2%, de um total de 123 jovens, fora da escola. Ainda sobre essa pesquisa, Aguiar escreve que os autores:

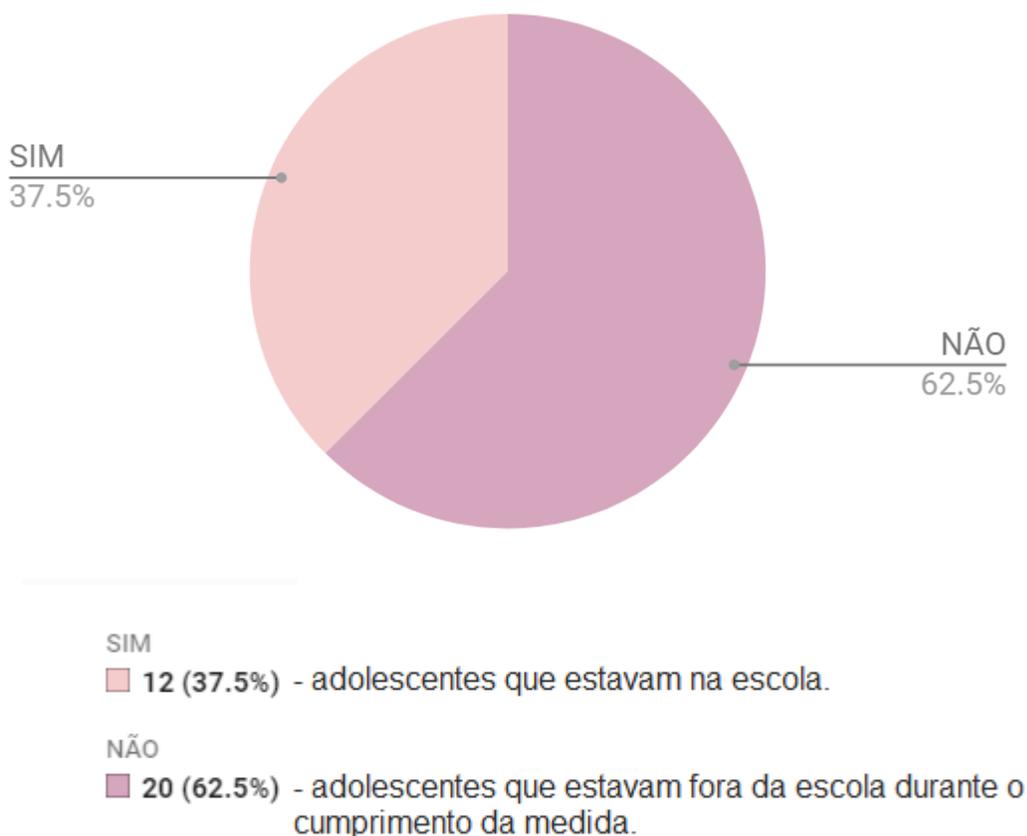
¹ É utilizado, na maior parte do texto, “o adolescente”, no masculino, pois mais de 90% de jovens em cumprimento de MSE no PPSC UFRGS são meninos.

Interessados nos motivos dessa ausência descobriram que 43,2%² alegavam desinteresse, 13,5% disseram ter abandonado, o mesmo percentual justificou com a existência de conflitos que levaram a evasão escolar, 5,4% alegaram o fracasso escolar como motivo e outros 1,3% às suspensões nas aulas. (p. 57)

Esses dados, em seguida, se cruzaram com os dados obtidos nessa pesquisa. Com isso, percebemos que, desde 2008, nos deparamos - e aqui em um nível estadual - com um grande número de adolescentes em cumprimento de MSES fora da escola.

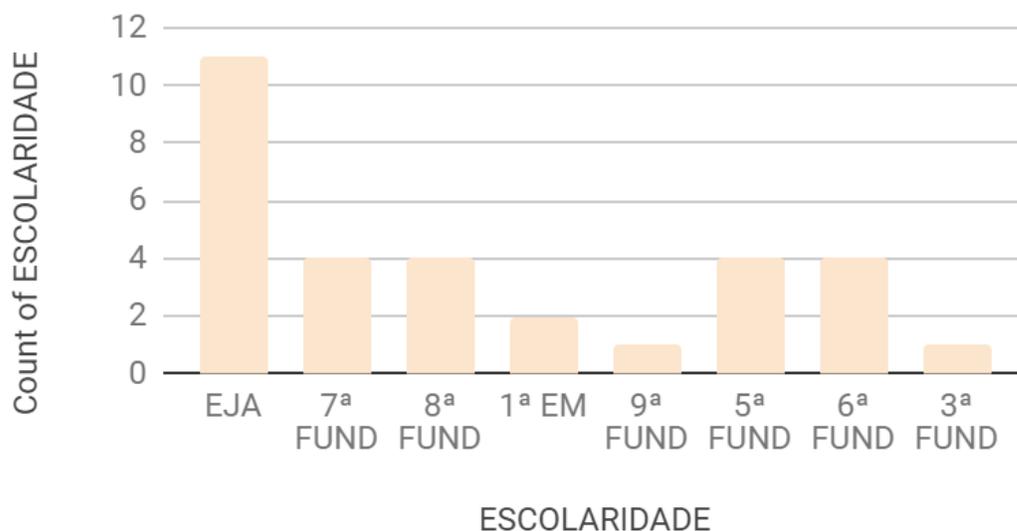
Para dar o pontapé inicial a esta pesquisa, foram recolhidos, através das fichas de acolhimento que são preenchidas nas entrevistas iniciais dos jovens no PPSC, os dados referentes à idade, escolaridade e se o adolescentes estudavam ou não durante o tempo em que estiveram no programa. Foram encontrados os dados a seguir:

ADOLESCENTES NA ESCOLA



² Dos jovens entrevistados em pesquisa realizada no ano de 2008.

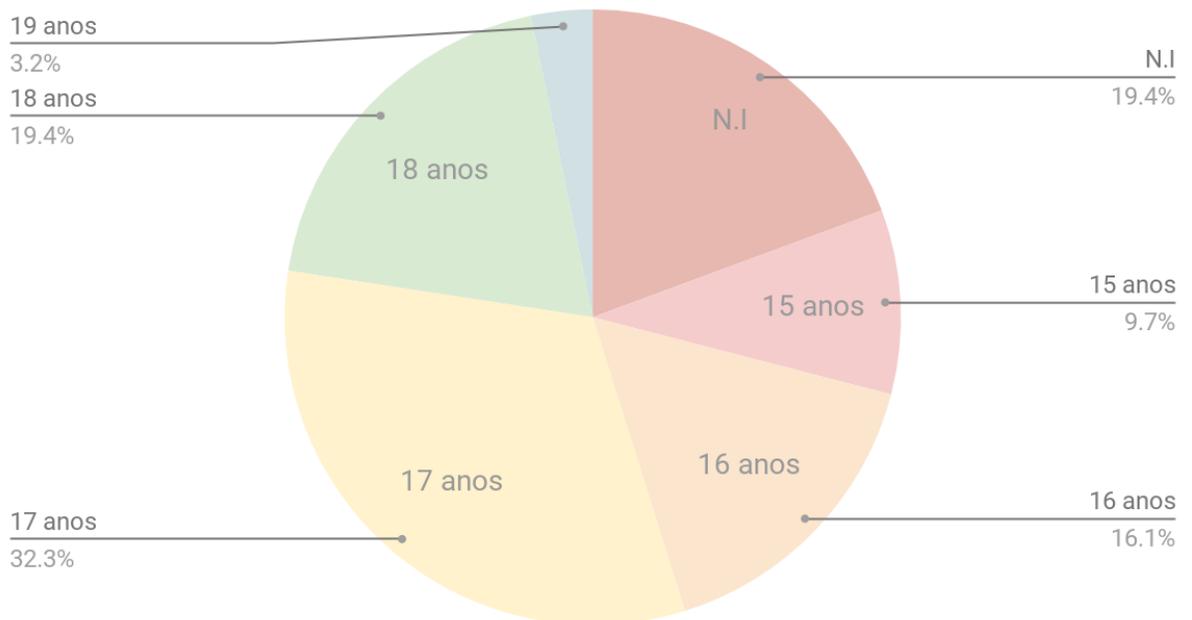
ESCOLARIDADE



Foi deixado apenas “EJA”, pois os técnicos e educadores sociais que preenchem as fichas de acolhimento não especificavam a totalidade na qual o jovem estava matriculado, por isso o dado acabava por ficar defasado.

Por fim, foi considerado importante que se incluísse a média de idade presente nas fichas que foram analisadas para este trabalho. Percebe-se que o número de N.I é grande para este dado, porém, mesmo com uma parcela de quase 20% de “N.I”, o dado estatístico converge com a experiência empírica do período em que o estudo foi realizado, no qual a maioria dos jovens em cumprimento da medida de PSC ingressa com 17 anos.

Idade dos adolescentes



7.1 Análise documental de fatores para a desistência escolar

Para esta fase do trabalho, foi feito o levantamento de dados de dois documentos do PPSC, contendo as informações relacionadas à desistência (ou não) por parte do adolescente, da escola e quanto tempo ficou fora da mesma; ao motivo para sair da escola; ao que mais gosta na escola; ao que menos gosta na escola e para que serve a escola. Esses documentos são chamados de “Ficha de Acolhimento e Acompanhamento Técnico do Adolescente” (modelos em anexo).

As informações foram recolhidas manualmente, tendo em vista que o banco de dados com que o Programa trabalha não possui todas as informações referentes à desistência escolar dos jovens, assim como não contempla os dados mais subjetivos que são necessários para essa pesquisa. Por este motivo, foram recolhidos dados de documentos de 35 adolescentes, entre os anos de 2015 e 2019. Este número foi escolhido devido ao tempo disponível para a pesquisa, que não dava conta de possibilitar um número maior de análises documentais. Inicialmente, foram selecionados documentos de adolescentes que já tinham um histórico de desistência

escolar, posteriormente os documentos foram selecionados por ordem alfabética do arquivo do programa.

Após o levantamento dessas cinco informações, foi organizada a tabela abaixo, com pouco refinamento, indicando a escrita na íntegra do que estava no documento. Em seguida, foram esquematizados por tópicos a média de cada uma delas, com critérios diferentes, que serão explicitados nos mesmos.

QUADRO 2:

Tabela de dados qualitativos de desistência escolar

JÁ PAROU DE ESTUDAR ALGUMAS VEZ? POR QUANTO TEMPO?	MOTIVO DA DESISTÊNCIA	O QUE MAIS GOSTA NA ESCOLA?	O QUE MENOS GOSTA NA ESCOLA?	PARA QUE SERVE A ESCOLA?*
N.I	N.I	AULAS DE PORTUGUÊS	AULA DE MATEMÁTICA	PARA SER ALGUÉM
SIM. FICOU FORA 1 ANO	PORQUE NÃO GOSTAVA	MATEMÁTICA	NADA	TER UM FUTURO
SIM. 5 ANOS	PREGUIÇA	AULAS, NÃO ESPECIFICOU QUAIS	PESSOAS QUE FREQUENTAM A ESCOLA	IMPORTANTE PARA SER ALGUÉM NA VIDA
NÃO	N.I	ED. FÍSICA,	AULA DE MATEMÁTICA	PARA APRENDER
SIM. FORA HÁ 1 ANO	MUITA INCOMODAÇÃO, FUMAR MACONHA, BRIGAS	NADA	PROFESSORAS	APRENDER
SIM. POR 2 MESES	UMA PROFESSORA	MATEMÁTICA E CIÊNCIAS	INGLÊS	N.I
SIM. FORA HÁ 2 ANOS	TRABALHAR NO SUPERMERCADO	N.I	ESTUDAR	TER ESTUDO. ARRANJAR UM SERVIÇO
SIM.	MUDANÇA E NÃO CONSEGUIU MAIS VAGA	ED. FÍSICA E RECREIO	NADA	ESTUDAR
N.I	N.I	MATEMÁTICA	É LONGE, TEM QUE SUBIR LOMBA	IMPORTANTE PARA TER UM FUTURO MELHOR, EMPREGO
SIM. FORA 5 MESES	TRABALHAR	MATEMÁTICA	INGLÊS	MELHOR PARA O FUTURO, OPORTUNIDADES
SIM. FORA HÁ 1 ANO	COLEGAS MAIS NOVOS QUE ELE	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	PARA MIM NÃO SERVE PRA NADA
SIM. FICOU FORA POR 1 ANO	N.I	MATEMÁTICA E RECREIO	PORTUGUÊS	SE FORMAR, TER UM EMPREGO
SIM. FORA HÁ MAIS OU MENOS 2	SAIU DO ABRIGO,	JOGAR BOLA	BRIGAS	É BOM ESTUDAR, PARA APRENDER

ANOS	VOLTOU A MORAR COM O PAI E SAIU DA ESCOLA			
SIM. FORA HÁ 3 ANOS	NÃO GOSTAVA	MERENDA E ED. FÍSICA	TUDO	O CARA APRENDE NO COLÉGIO, SE O CARA NÃO TEM ESTUDO ELE NÃO É NINGUÉM
SIM	MUDANÇA	AULA DE ESPANHOL	MATEMÁTICA	APRENDER ALGUMA COISA, CONSEGUIR UM SERVIÇO
SIM	POR FALTAS	NADA	RECREIO	BASE DO FUTURO, PRECISA DA ESCOLA PARA TUDO
SIM	FALTA DE PASSAGEM	FAZER CONTINHAS	PORTUGUÊS	PARA APRENDER
SIM. FORA 3 MESES	FOI PARA A FASE	HISTÓRIA, GEOGRAFIA, CIÊNCIA E MATEMÁTICA, LER HARRY POTTER	PORTUGUÊS E ED. FÍSICA	SERVE PARA TER UM FUTURO BOM
SIM. FORA MAIS OU MENOS 2 ANOS	RISCO POR ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO	ED. FÍSICA E PORTUGUÊS	ESTUDAR, MATEMÁTICA	APRENDER, SER ALGUÉM NA VIDA
N.I	N.I	NADA. SÓ FICA ESCUTANDO MÚSICA	LANCHE	PRA APRENDER
N.I	N.I	RECREIO E ED. FÍSICA, PORQUE FICA SENTADA	MATEMÁTICA E PORTUGUÊS	PARA SE TORNAR ALGUÉM MELHOR, TER OBJETIVO
NÃO	N.I	QUADRA DE FUTEBOL	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	IMPORTANTE PARA A PESSOA EVOLUIR
NÃO	N.I	BRINCAR COM OS AMIGOS, PEGA-PEGA, ESCONDE-ESCONDE OU FICAR CONVERSANDO	PROFESSORA DE MATEMÁTICA	ME PREPARAR PARA O MUNDO, ESSAS COISAS
N.I	N.I	PROFESSORAS DE MATEMÁTICA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA	PROFESSORES DE CIÊNCIA E INGLÊS	PARA UM FUTURO MELHOR
SIM. FORA HÁ 5 MESES	BRIGOU COM OS PROFESSORES	AULA DE INGLÊS E MATEMÁTICA	PORTUGUÊS	PARA TER UM EMPREGO BOM
SIM.	TINHA PROBLEMAS NA ESCOLA	INGLÊS ESPANHOL	MATEMÁTICA E PORTUGUÊS	PARA APRENDER E ENSINAR QUEM NÃO SABE, REUNIR AMIGOS.
SIM. FORA HÁ 3 ANOS	N.I	ED. FÍSICA	HISTÓRIA E CIÊNCIA	SER ALGUÉM NA VIDA, SER ADVOGADO
NÃO	N.I	MATEMÁTICA E ED. FÍSICA	GEOGRAFIA	PARA TER FUTURO
SIM.	MUDANÇA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PARA ESTUDAR, APRENDER
SIM. FORA HÁ 1 ANO	NÃO QUER MAIS	NADA	MATEMÁTICA	PARA FICAR LONGE DE TUDO, LUGAR DE

				SEGURANÇA. VER AS GURIAS
NÃO	N.I	PESSOAS	ACORDAR CEDO	UMA ESCADA PARA SUBIR EM DIREÇÃO AOS OBJETIVOS
SIM. 2 MESES	MUDANÇA	GURIAS E RECREIO	PROVAS	N.I
SIM. 2 ANOS	DESINTERESSE	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	COMER LANCHE
SIM. 3 ANOS	COMEÇOU A TRAFICAR	ED. FÍSICA E O RECREIO	MATEMÁTICA	VER AS GURIAS
SIM. 3 ANOS	NÃO TINHA MUITO INTERESSE	TUDO	NADA	SER ALGUÉM NA VIDA, NÃO TEM OUTRA OPÇÃO

*Texto na íntegra do questionário.

Tópicos de análise da tabela:

A) Média de tempo fora da escola:

QUADRO 3:

1 a 3 meses	3
4 a 6 meses	2
6 meses a 1 ano	5
mais de um 1 ano	9

Total de N.I: 11 de 35

Total que nunca pararam de estudar: 5 de 35

B) Motivos de desistência:

Na elaboração da tabela, foram registrados os escritos dos documentos analisados, nos quais as informações são subjetivas, pois correspondem à compreensão de quem a preencheu. Por este motivo, foram comparadas as respostas que se assemelham, para poder traçar uma média de motivos de desistência. Mesmo assim, as motivações são complexas e diversas, mesmo cruzando informações que englobam mais de uma motivação, os resultados ficam diluídos. Por exemplo: "MUITA

INCOMODAÇÃO, FUMAR MACONHA, BRIGAS”. Com isso, os motivos se apresentam da seguinte maneira:

Foram dissolvidas 5 respostas “N.I”, pois correspondem ao número de adolescentes que não estão fora da escola e, por isso, este dado é irrelevante para este tópico.

QUADRO 4:

Muitas faltas	1
Trabalho	2
Envolvimento com o tráfico	1
Brigas / Risco por conflito de facções	5 ³
Equipe docente	3
Mudança	5
Não gosta da escola	5
Preguiça	1
Privação de liberdade	1
Outro	2
N.I	6

Aqui também percebemos uma problemática de trabalhar com esse tipo de documentação, pois o número de “não informados” é muito expressivo e prejudica a análise das motivações pelas quais os adolescentes desistiram da escola. O número de N.I faria uma diferença significativa para a avaliação de quais são os principais motivos de desistência desses adolescentes.

³ Aqui se cruzam 3 informações: briga, risco e tráfico

C) O que os adolescentes mais gostam e menos gostam na escola:

Neste ponto, temos muitas informações que se cruzam e algumas informações soltas. Por esse motivo, elas foram separadas em tabelas de “matérias escolares” e “infraestrutura/relações sociais”.

C.1) Tabelas do item “O que mais gostam na escola”

QUADRO 5:

Matérias Escolares		Infraestrutura/relações sociais	
Línguas	6	Recreio	5
Matemática	10	Esportes	2
História/Geografia	4	Comida	1
Ciências	2	Brincar	1
Educação Física	8	Relações Sociais	2
Todas	1	Tudo	1
Nenhuma	0	Nada	4
N.I	1	Outros	1
		N.I	1

C.2) Tabelas do item “O que menos gostam na escola”

QUADRO 6:

Matérias Escolares		Infraestrutura/relações sociais	
Matemática	8	Pessoas	1
Línguas	8	Professores/as	4
Ciências	2	Estudar	2
História/Geografia	4	Localização	1
Educação Física	1	Brigas	1
		Horário	1
		Comida	1
		Avaliações	1
		Tudo	1
		Nada	3

Alguns dados foram agrupados, como as matérias de história e geografia, pois, em alguns exemplos, essas duas apareciam juntas na resposta dos adolescentes. Assim como algumas respostas mais específicas, como “professor de ciência”, estão contabilizadas no grupo “Professores/as” e as respostas referentes a matérias relacionadas à linguagem estão juntas no grupo “Línguas”. Respostas que não se assemelhavam a nenhuma outra do quadro foram colocadas na categoria “outros”.

D) “Para que serve a escola”

Com relação a esses dados, foi feito um agrupamento de motivos semelhantes, que englobam a maioria das respostas dadas pelos adolescentes. Por estas serem as mais subjetivas e com maior margem de interpretação do leitor, muitas respostas foram cruzadas e, por isso, o número total de respostas não corresponde ao número total de documentos analisados.

O agrupamento de motivos resultou em oito categorias de motivos: Ser alguém; Melhoria de futuro; Aprendizagem; Trabalho/carreira; Evolução pessoal; Espaço seguro de garantia de direitos; Socialização e Para nada. Além dessas oito categorias, temos os dados não informados, ficando da seguinte forma o levantamento:

- 7 adolescentes responderam que a escola serve para “ser alguém”;
- 8 adolescentes responderam que a escola serve para um “futuro melhor”;
- 12 adolescentes responderam que a escola serve para aprendizagem;
- 6 adolescentes responderam que a escola serve para ter um trabalho/carreira;
- 3 adolescentes responderam que a escola serve para evolução pessoal;
- 2 adolescentes responderam que a escola é um espaço seguro com garantia de direitos básicos (neste caso, a alimentação);
- 3 adolescentes responderam que a escola serve para socializar;
- 1 adolescente respondeu que a escola não serve para nada;
- 2 N.I.

8. Estudo sobre os principais fatores de desistência escolar

Depois de levantados os dados, foram feitas as análises, buscando comprovar algumas das hipóteses criadas ao longo da pesquisa com o auxílio da literatura. O primeiro dado diz respeito à média de tempo fora da escola dos adolescentes que não estavam estudando enquanto cumpriam a PSC ou já haviam parado de estudar em algum momento.

Esta média nos apresenta que a maioria dos adolescentes, dos quais havia a informação sobre a desistência escolar, estava fora da escola há mais de um ano. Em seguida, os adolescentes que já estavam fora da escola entre 6 meses e 1 ano. Esses dados nos demonstram uma certa estabilização da desistência escolar desses jovens, que mostram já não ter mais a perspectiva de voltar para a escola e, embora atribuam um significado importante para ela, não a veem mais em sua trajetória como uma etapa para a concretização dos seus objetivos.

Um exemplo disso é o caso de um dos adolescentes que está há 2 anos fora da escola. Na ficha de acolhimento, ele responde que a escola serve para “ter um estudo. Arranjar um serviço” e largou a escola para “trabalhar no Zaffari”. Dado o tempo que o jovem está fora do ambiente escolar, percebe-se que, ao conseguir um emprego, ele descarta a possibilidade de continuação dos estudos. Existe, neste caso, para além da subjetividade que o motivou a ir para o mercado de trabalho e desistir dos estudos, um recorte de classe, que deve ser considerado nas análises dos motivos dessas desistências.

O fato de maior parte desses adolescentes serem sujeitos que vivem em um contexto de maior vulnerabilidade social, na periferias de Porto Alegre, onde o Estado não garante a maioria dos direitos básicos da cidadania, reflete na necessidade do trabalho - e nestes casos entram os trabalhos não formais, inclusive no âmbito ilegal, pois esses adolescentes são pessoas que trabalham, em sua maioria, no tráfico de drogas - desde muito cedo, transformando então a educação em uma tarefa secundária das suas infâncias e juventudes. Arpini e Brondani (2019) nos ajudam a compreender essas situações:

(...)muitas vezes, parece não haver perspectivas (ou interesse) de prolongamento dos estudos por parte dos adolescentes, de modo que,

considerando os grupos populares dos quais eles são advindos, saber ler e escrever já pode lhes parecer suficiente para exercerem o trabalho que têm em mente. (p.80)

Ou seja, para esses jovens, a partir do momento que aprendem a escrita e a leitura, o restante do conteúdo escolar se torna irrelevante, visto que os instrumentos necessários para adentrar no mundo do trabalho terceirizado já foram adquiridos. Sobre isso, as autoras também colocam que “Esses projetos podem estar atravessados por percepções que eles possuem das trajetórias escolares de seus pais, outros familiares, irmãos mais velhos ou amigos, que possivelmente também se viram precocemente interrompidas por outras necessidades que se fizeram prementes, principalmente de trabalho e renda.” (p.81).

Essas questões sociais acabam por se cruzar e refletem nas respostas dos outros adolescentes, quando colocam como motivos de desistência coisas como: “saiu do abrigo, voltou a morar com o pai e saiu da escola” (neste caso o jovem estava há mais ou menos dois anos fora da escola) e “risco por envolvimento com o tráfico” (também há mais ou menos dois anos fora da escola)⁴.

Com relação ao ponto C, “o que os adolescentes mais/menos gostam em relação à escola”, as respostas obtidas neste ponto demonstram questões subjetivas, importantes de serem consideradas para pensarmos as suas relações com a aprendizagem. Podemos perceber que, embora a maioria dos adolescentes tenha ligado as questões do que “mais gosta e menos gosta” com as matérias escolares, reforçando a visão tecnicista do ambiente escolar, ainda foi possível levantar um número significativo de respostas que estão conectadas à maneira com que o jovem usufrui do espaço físico e das relações sociais propiciadas pelo ambiente escolar.

É significativo que um pouco menos da metade dos jovens tenha conseguido relacionar sua satisfação e insatisfação escolar com a estrutura física, as pessoas e as atividades extraclasse. Isso demonstra que há, em uma parcela desses jovens, a compreensão de que a escola existe como um ambiente de interações sociais e como uma extensão da vida coletiva, que não termina dentro do espaço da sala de aula. Para

⁴ Dados do Quadro 2.

além disso, conseguem problematizar, em alguns casos, as relações de poder que a figura do professor emana, trazendo como negativa a relação que têm com os mesmos.

Todas essas associações, claro, não devem ser deslocadas de uma compreensão mais ampla acerca da gestão escolar e da relação aluno-professor e o reflexo das políticas públicas para a educação. No deparamos com um corpo docente e diretivo das escolas, que nem sempre lida da melhor maneira com as crianças e os jovens em atendimento socioeducativo, segundo Zanella, Lara e Cabrito (2019, p.166)

Por desconhecer o papel da rede de proteção, os membros da escola desconsideram situações de violência que acontecem no interior da família ou na comunidade, apesar de terem conhecimento delas. Tais problemas, quase sempre, constituem sintomas que promovem um comportamento indisciplinado que precede o comportamento infrator.

Tais situações influenciam na forma com que o jovem se enxerga dentro do ambiente escolar e como ele ou ela se coloca para seus pares e professores neste ambiente. A relação que os responsáveis pela garantia de educação desses jovens constroem com eles (professores e diretores) diz muito de como será a resposta desses jovens às expectativas que são criadas.

Koerich e Vidal (2018) trazem na sua pesquisa a questão do estigma social que se manifesta dentro das escolas, influenciando a permanência e o acesso escolar dos adolescentes que cumprem MSES. Esse estigma nos serve para compreensão das problemáticas das relações pessoais dos jovens com o corpo docente.

no ambiente escolar, os jovens em cumprimento de medida socioeducativa são, antes que tudo, infratores. Fica difícil para a escola, assim, enxergar nesses sujeitos uma pessoa com direito à educação. Muitas vezes e em muitos lugares, esses jovens não são vistos como sujeitos com plenos direitos. Essa cidadania menor, ou não cidadania, por si só já é ultrajante perante um Estado de direito. (p.88)

Por exemplo, um professor ou professora que, ao saber que o adolescente que está em sua sala de aula está em cumprimento de uma MSE, o trata de maneira inferior intelectualmente ou com preconceito de classe, está comprometendo não só as possibilidades de aprendizagem daquele aluno (por já o ensinar de numa perspectiva

que menospreza as capacidades cognitivas do mesmo), como também está comprometendo as expectativas que coloca sobre si ao querer educar outra pessoa.

Charlot (2000) escreve que “não há saber se não produzido em uma “confrontação interpessoal”. Em outras palavras, a ideia de saber implica a de sujeito, de atividade do sujeito, de relação do sujeito com ele mesmo (deve desfazer-se do dogmatismo subjetivo), de relação desse sujeito com o outro (que coconstroem, controlam, validam, partilham esse saber)” (p.61). Ou seja, não há saber para nenhum dos lados, se a relação de um sujeito com o outro for fundada em dogmas e pré-conceitos de um em relação ao outro. Não há partilha e nem crescimento, se as duas partes não estão dispostas a dialogar.

Por fim, ao analisarmos o último dado, que diz respeito a como os jovens percebem a escola, é possível notar que há, por parte dos adolescentes, a compreensão de que a escola é um espaço importante e de produção de conhecimento, mas esta compreensão não é o suficiente para que eles se incluam enquanto sujeitos de direito à educação. Por estes motivos, é importante a compreensão da relação que esses jovens fazem com o saber, pois, a partir do momento que abdicam de seu direito à escola, não o fazem simplesmente por não estarem interessados, mas, sim, porque a escola que lhes foi apresentada não é o suficiente para resolução de seus problemas e não engloba uma discussão sobre os seus objetivos.

Muitas vezes, a escola, ao negar matrícula ou reforçar os estigmas sociais impostos aos jovens que cometem atos infracionais, está causando um efeito de afastamento por parte deles, pois, ao não se propor a compreender o que levou o jovem a praticar o ato como uma dimensão da problemática social que ele está inserido, se fecham para um trabalho coletivo junto das políticas públicas de serviço socioeducativo. Novamente, Arpini e Brondani colocam que

Quando o ambiente escolar não se torna significativo, ou deixa de sê-lo na vida de uma criança ou adolescente, perdem-se muitos aspectos que são imprescindíveis nessa etapa da vida. Nessas situações, não conseguem viabilizar o direito que possuem de ter assegurado, com absoluta prioridade, o acesso à educação. (2019, p.82)

Esta falta de significado pode surgir tanto da não compreensão do adolescente sobre o papel da escola enquanto etapa significativa em direção ao mercado de trabalho e a uma formação qualificada no âmbito acadêmico, como no aspecto de ser um lugar hostil, onde a sua presença não é bem vinda ou até não faz sentido. Esses são alguns motivos que nos são apresentados ao olharmos as fichas de acolhimento dos jovens em cumprimento de medida no PPSC da UFRGS.

Dessas análises que surge a necessidade de falarmos da terminologia “desistência escolar” e não “evasão escolar”, pois, partindo do princípio de que a escola, mesmo que não negue a matrícula de forma direta a esses jovens, ainda assim está minada de estigmas e preconceitos que refletem na negação de um acompanhamento pedagógico que possa dar conta de dialogar com os agentes socioeducativos e resolver os conflitos com o sujeito dentro da própria escola. Além disso, os valores burgueses historicamente atribuídos ao currículo escolar, excluem qualquer perspectiva dissociada da normativa meritocrática de um futuro para os jovens filhos da classe trabalhadora, classe na qual esses jovens se enquadram, pois, mesmo que os filhos dos ricos também cometam atos infracionais, é irrisório o número de adolescentes (até mesmo de classe média) no sistema socioeducativo do cumprimento de medidas de meio aberto. Isso faz com que essa juventude não deseje estar na escola e encontre outros caminhos para traçar um futuro, que, nos casos vistos nessa pesquisa, pode ser traçado através de um caminho ilegal ou criminoso.

Para Charlot (2000), “toda educação supõe o desejo como força propulsora que alimenta o processo. Mas só há força de propulsão porque há força de atração: o desejo sempre é “desejo de” (p.54), ou seja, não há nos adolescentes o “desejo de” estar na escola, pois a escola ainda não deseja, de maneira inclusiva e potente do ponto de vista pedagógico, essa parcela da juventude.”

9. Considerações finais

A desistência escolar perpassa por muitos fatores que merecem ser explorados com mais detalhe e mais pesquisa, tais como: a defasagem idade-série dos jovens; o excesso de atribuições escolares que precariza o trabalho dos professores e gestores e retira a função social da escola; os estigmas sociais sobre os jovens em cumprimento de MSE; a relação escola-trabalho, enfim, muitos temas que podem ser estudados com o aprofundamento necessário, para que possamos chegar a uma solução sobre um número grande de jovens do sistema socioeducativo que estão fora da escola.

Para além dos desdobramentos que demonstram a relação ainda muito fraca entre o sistema socioeducativo e a escola, foi possível concluir que, mesmo trabalhando com dados que refletem os motivos subjetivos da desistência escolar dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, não é possível deslocarmos esses motivos de um espectro maior da análise da escolarização desses adolescentes.

Esse espectro perpassa pela política e principalmente pela estrutura social em que vivemos: o capitalismo, no qual a escola existe (mesmo com muitos avanços no que diz respeito à gestão democrática e reformas curriculares progressistas) como um braço da ideologia burguesa. Para Saviani (2008):

A função básica da educação continua sendo interpretada em termos de equalização social. Entretanto, para que a escola supra sua função equalizadora, é necessário compensar as deficiências pedagógicas. Vê-se que não se formula uma nova interpretação da ação pedagógica. Esta continua sendo entendida em termos da pedagogia tradicional, da pedagogia nova ou da pedagogia tecnicista(...) (p. 27)

Por esse motivo, é importante avançarmos, no sentido de trazer a perspectiva das teorias críticas da educação, onde a escola é vista como um instrumento para a emancipação do povo, com o povo, enquanto agente transformador da escola. Saviani também coloca que “O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta, de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.” (2008, p.26).

Por ora, este trabalho não se propõe a encontrar uma solução para todos esses problemas, mas trazer subsídios que demonstrem a importância da pesquisa sobre o

sistema socioeducativo e o modelo escolar que temos hoje, apresentando que os motivos pelos quais os jovens em cumprimento de medidas de meio aberto desistem da escola estão relacionados com a relação que estabelecem com o saber, bem como estão influenciados pela experiência educativa que tiveram na escola e pelos fatores sociais que perpassam a trajetória escolar, fazendo com que esta seja interrompida ou colocada em segundo plano na construção de suas próprias identidades.

Referências

AGUIAR, Adriana Gomes. Adolescente Infrator: em Conflito com a Educação. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 17, p. 55-61, 2018.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei n. 8.069, julho de 1990.

BRONDANI, Renata Petry; ARPINI, Dorian Mônica. Experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v.24, n.1, p.73-88, 2019.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CRAIDY, Carmem Maria, LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini, OLIVEIRA, Magda Martins de (org.). **Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CRAIDY, Carmem Maria, SZUCHMAN, Karine (org.). **Socioeducação: Fundamentos e Práticas**. Porto Alegre. Evangraf, 2015.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154. Março, 2002.

KOERICH, Bruna Rossi; DA SILVA VIDAL, Alex. Portas fechadas no meio aberto: educação de jovens com restrição de liberdade. **Reflexão e Ação**, v. 27, n. 2, p. 77-94, 2019.

LIMA, Francisca Vieira; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. Políticas públicas educacionais para EJA e o adolescente em conflito com a lei acesso garantido x permanência comprometida. **Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA**, v. 3, 2018.

SAMPIERI, R. H., CALLADO, C. F., LUCIO, M. D. P. B. (2013). Metodologia da pesquisa (5ed.). Porto Alegre: Penso.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1. Julho, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

SINASE. Sistema Nacional Socioeducativo. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros; CABRITO Belmiro Gil. Educação Social e Escolar e o direito à educação na Medida Socioeducativa. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 48, p. 155-173, jan./mar. 2019.